

Reforçar da defesa europeia: a compra conjunta de armas



Soldados equipados com espingardas de assalto treinam no campo de tiro.

A guerra da Rússia contra a Ucrânia destacou a necessidade de a UE reforçar a estratégia de defesa e acelerar a produção de armas. Sabe como.

No dia 9 de maio de 2023, os eurodeputados concordaram em acelerar o processo legislativo para impulsionar a produção de munições e mísseis na União Europeia (UE), a chamada [Ação Europeia de Apoio à Produção de Munições](#) (ASAP no acrónimo em inglês).

E a 13 de julho de 2023, o [Parlamento deu luz verde a um financiamento de 500 milhões de euros](#) para ajudar a indústria da UE a aumentar a sua capacidade de acréscimo das entregas à Ucrânia e ajudar os países da UE a reabastecerem as suas reservas.

Aumentar as reservas europeias de equipamento de defesa

Os eurodeputados estão também trabalhar no [reforço da indústria europeia da defesa através da Ação de Contratação Conjunta \(regulamento EDIRPA é o acrónimo em inglês\)](#) para apoiar os países da UE na aquisição conjunta de produtos de defesa, como sistemas de armas, munições e equipamento médico, a fim de ajudar a colmatar as lacunas mais urgentes e críticas.

O regulamento EDIRPA visa reforçar a base industrial e tecnológica da defesa europeia e promover a cooperação em matéria de contratos públicos no setor da defesa.

Como funcionará a aquisição comum de produtos de defesa?

Um instrumento no valor de 300 milhões de euros

Em junho de 2023, [o Parlamento e o Conselho chegaram a um acordo](#) sobre as novas regras para incentivar os países da UE a adquirir produtos de defesa em conjunto e apoiar a indústria europeia da defesa.

Os [eurodeputados respaldaram o Reforço da Indústria Europeia de Defesa](#) através da Lei dos Contratos Públicos Comuns (EDIRPA) a 12 de setembro de 2023.

O novo instrumento contará com um orçamento de 300 milhões de euros até 31 de dezembro de 2025. As aquisições conjuntas terão de envolver pelo menos três Estados-Membros da UE. E estará também disponível para os países que fazem parte do Espaço Económico Europeu - a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega.

Bonificações para projetos de apoio à Ucrânia, à Moldávia e às PME

A contribuição da UE será limitada a 15% do valor estimado do contrato público, sendo que o teto máximo poderá ser aumentado para 20% se os produtos beneficiarem a Ucrânia ou a Moldávia ou se pelo menos 15% do contrato for atribuído a pequenas e médias empresas (PME).

Participação de países terceiros

Para além dos Estados-Membros da UE, o mecanismo também estará disponível para os países que fazem parte do Espaço Económico Europeu - Islândia, Liechtenstein e Noruega. Os países da UE poderão ainda participar na aquisição conjunta de produtos de defesa com a

Ucrânia e a Moldávia.

Conhece as medidas de apoio do Parlamento Europeu à Ucrânia:

- [Panorama das ações de apoio da UE à Ucrânia em 2022, desde o início da invasão russa a 24 de fevereiro do mesmo ano](#)
- [Como é que a UE está a apoiar a Ucrânia em 2023](#)
- [Defesa: está a UE a criar um exército europeu?](#)